

Mais medidas podem reduzir feminicídios, diz especialista

Coordenadora do Projur Mulher da UPF crê na educação como ferramenta

/ DIREITOS HUMANOS

Jamil Aiquid
jamil@jcrs.com.br

Em menos de 31 dias de 2026, o Rio Grande do Sul alcançou uma marca triste: 11 mulheres foram vítimas de feminicídio no Estado. O número representa um aumento em relação ao mesmo período no ano passado, quando, em todo o mês de janeiro, nove casos foram registrados.

O cenário preocupa autoridades e especialistas, levantando questionamentos sobre a efetividade da legislação atual. Para Josiane Petry, coordenadora do Projur Mulher da Universidade de Passo Fundo (UPF), projeto de extensão mais antigo da Faculdade de Direito da instituição, inaugurado em 2004 para prestar apoio jurídico a mulheres, a resposta para frear a violência não está apenas no sistema penal, mas na urgência de políticas públicas estruturantes e financiadas.

Em 2024, a legislação brasileira foi alterada para tornar o feminicídio um delito autônomo, com a pena máxima prevista no País, podendo chegar a 40 anos de reclusão. No entanto, a especialista alerta que o rigor da lei, isoladamente, não garante a redução dos índices de criminalidade.

"Quando a lei foi publicada, não tínhamos expectativa que um novo delito e uma pena máxima fossem reduzir o número de casos, porque já temos os exemplos de outros tantos delitos. Mas a partir do momento que você tem o crime de feminicídio, você consegue quantificar e verificar o diagnóstico de ocorrência. Quem foi a vítima? Quem foi o autor do fato? O que ela precisaria para estar viva ainda hoje", explica Josiane.

Segundo a especialista, a mudança real depende da construção de políticas públicas, algo que exige investimento financeiro concreto e planejamento estatal de longo prazo. Josiane também destaca que o aumento de casos reflete a falta de uma mobilização global e estrutural, sendo necessária uma coordenação que envolva desde a educação para a não-violência nas escolas até reformas na legislação trabalhista e políticas de cuidados, como a



RS registrou 11 casos de feminicídios no primeiro mês deste ano

oferta de creches, para garantir a independência econômica da mulher e permitir que ela sustente sua família longe do agressor.

"Precisamos ter previsto na legislação que a política de gênero, que a violência e a não violência precisam ser trabalhadas pela educação. Não adianta eu dizer que a mulher precisa ter independência econômica se os trabalhos que estiverem disponíveis, ela não pode aceitar porque não tem creche. Não adianta eu dizer que ela tem que sustentar a família na ausência do genitor se ela não tiver condições de estudar mais porque não tinha quem cuidasse da família. Não se trata apenas de uma política de cuidados. Precisamos de uma coordenação estatal", ponderou.

Josiane também avalia a atuação da Secretaria de Política das Mulheres do Estado. Embora considere positiva a recriação da pasta e elogie a capacidade técnica da atual gestão, ela classifica a estrutura como "insuficiente". A crítica central recai sobre a falta de transparência orçamentária e a dependência de voluntarismo para a execução de serviços essenciais.

"A Secretaria da Mulher não pode trabalhar simplesmente a partir de entidades parceiras voluntárias. Essa é outra maneira de explorar e colocar ainda mais trabalho sobre as mulheres. Precisamos ter a transparência do orçamento, do que se está investindo este ano e nos próximos anos. Como qualquer política pública, é preciso ter planejamento nos próximos 12 anos, nos próximos 24, e cinco anos, no mínimo", pondera.

Assim, em momentos alar-

mantes como esse, Josiane citou a importância de um projeto como o Projur Mulher. Na contramão das estatísticas estaduais, Passo Fundo não registrou nenhum feminicídio neste primeiro mês do ano, um dado que a especialista atribui ao trabalho forte da rede de proteção local, embora ressalte que a vigilância deve ser constante.

"Passo Fundo, que tem números significativos de violência, não registrou nenhum feminicídio. E isso mostra um trabalho muito forte da rede. Rede esta que não pode descansar, já que hoje estou te dizendo que não registrou nenhum, mas pode a qualquer momento mudar esse dado".

O projeto oferece suporte gratuito e sem necessidade de identificação prévia, realizando diagnósticos de vulnerabilidade, acompanhamento jurídico em processos criminais e de família, e encaminhamentos para assistência social e saúde.

"O projeto serve como uma demonstração de que a pesquisa que nós fazemos. Ela identifica os problemas e desenvolve dissertações propositivas, com ideias práticas de transformação e de impacto na realidade social. Além disso, é um projeto que investe no reforço jurídico dessas mulheres, de que ela pode transformar a vida dela, mas que sozinha é difícil e que a universidade tem que cumprir o seu papel social, senão ela não é uma universidade", explicou. O Projur Mulher atende gratuitamente através do WhatsApp: (54) 3316-8576. Mais informações no Instagram: @projurmullher.

Casos recentes de violência reacendem debate sobre cachorros comunitários

/ CAUSA ANIMAL

Marco Charão
marcoc@jcrs.com.br

Com os recentes casos de crueldade animal registrados com o cão Orelha em Santa Catarina e o Negão no Rio Grande do Sul, voltou a ser debatido sobre os cuidados de cães comunitários. Animais que não possuem um dono específico, e sim um conjunto de pessoas que se pronunciam a cuidar. Para esse sistema, a prefeitura de Porto Alegre disponibiliza o Cadastro de Animal Comunitário, para auxiliar no cuidado com esses seres.

Com esse procedimento, o Executivo consegue mapear os cães comunitários da cidade e pode auxiliar o poder público na organização e qualificação dos atendimentos, como vacinação, castração e cuidados essenciais. Para realizar este cadastro deve ser preenchido o formulário no site do Gabinete da Causa Animal da prefeitura da Capital. As informações necessárias são bá-

sicas: espécie, características físicas, idade aproximada do animal, região que circula e o nome de um representante da comunidade, para estar em contato com a prefeitura.

De acordo com o Gabinete da Causa Animal (GCA), 17 responsáveis comunitários realizaram o registro, totalizando 29 animais. Desde o dia 29 de janeiro, são cinco novos registros, e a equipe de veterinária já está realizando visitas para a verificação dos espaços, situações dos animais e orientações. O registro do GCA é desde 2025.

Atualmente tramita na Câmara dos Vereadores um projeto de lei para aprimorar a segurança jurídica e a proteção de animais em situação de vulnerabilidade. "A convivência harmoniosa entre pessoas e animais torna nossos espaços mais humanos, solidários e acolhedores. Quando cuidamos juntos, prevenimos doenças, reduzimos o abandono e construímos uma comunidade mais consciente", ressalta Tatiana Guerra, secretária do GCA.

Polícia de SC quer apreender passaporte de envolvido na morte do cão Orelha

A Polícia Civil de Santa Catarina pediu a apreensão do passaporte do adolescente acusado da morte do cão Orelha, na Praia Brava, em Florianópolis. A solicitação foi feita à Justiça. A Polícia Federal também foi comunicada sobre a solicitação. O objetivo é impedir que o adolescente saia do País.

Em nota, a Polícia Civil disse que o Ministério Público (MP) do estado se manifestou favorável ao pedido.

A investigação em torno do caso enfrenta divergências entre a Polícia Civil e o MP. Ainda na sexta-feira, o MP informou que requisitará à Polícia Civil, nos próximos dias, diligências complementares nas investigações realizadas a partir da morte do cão Orelha. Segundo o MP, tanto a 10ª Promotoria de Justiça da capital, da área da Infância e Juventude, quanto a 2ª Promotoria de Justiça, da área criminal, concluíram pela necessidade de mais esclarecimentos e maior precisão na reconstrução dos acontecimentos.

O Ministério Público disse que identificou lacunas que precisam ser completadas na apuração "da possível participação de adolescentes em atos infracionais

análogos a maus-tratos contra animais, relacionados à morte de um dos cães".

Para a Polícia Civil há base legal para o pedido de internação do adolescente investigado pela morte do cão comunitário.

O órgão disse ainda que segue apurando a possível prática de coação no curso do processo e ameaça envolvendo familiares dos adolescentes investigados e um porteiro de um condomínio da Praia Brava. O MP disse que concluiu pela necessidade de ampliar e detalhar a apuração dos fatos e "irá requisitar diligências complementares à Polícia Civil, inclusive para confirmar a inexistência de relação dos supostos crimes com a agressão aos animais".

Na terça-feira passada, a Polícia Civil de SC encerrou as investigações sobre as agressões que levaram o cão Orelha à morte e pediu a internação de um dos quatro adolescentes envolvidos no crime. Para conseguir provar a participação do autor - que não teve o nome revelado por ser menor de idade - as autoridades tiveram de recorrer à tecnologia importada e análise de imagens de câmeras de segurança.